

**Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em
defesa da Vida, Educação e Ciência**

*Los impactos de la pandemia en la cultura corporal: por la superación del capitalismo,
en defensa de la Vida, la Educación y la Ciencia*

Celi Nelza Zulke Taffarel
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Salvador/BA/Brasil
Cássia Hack
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Macapá/AP/Brasil
Márcia Morschbacher
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria/RS/Brasil

Resumo

Aborda o impacto da pandemia da COVID-19 na cultura corporal a partir de dados empíricos da situação dos trabalhadores advindos do DIEESE, INEP e CNTE; da pandemia, tratada em estudos da USP e da UFPEL; de documentos entregues na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado e; de formulações da categoria cultura corporal desenvolvida pela LEPEL/FACED/UFBA. Analisa que o capitalismo não convive com direitos, democracia e preservação do meio ambiente, o que compromete a cultura corporal como patrimônio cultural e a possibilidade de pleno desenvolvimento do ser humano. Superar a negação e destruição da cultura corporal liga-se com as reivindicações dos trabalhadores, a resistência ativa em suas organizações, o trabalho educativo com base na pedagogia histórico-crítica e na abordagem crítico-superadora da Educação Física, a defesa da educação e ciência e a superação do capitalismo.

Palavras-chave: Cultura Corporal; Pandemia; Classe Trabalhadora

Resumen

Aborda el impacto de la pandemia COVID-19 en el cultura corporal a partir de datos empíricos sobre la situación de los trabajadores del DIEESE, INEP y CNTE; la pandemia, tratada en estudios de la USP y la UFPEL; documentos entregados a la Comisión de Investigación Parlamentaria del Senado y; de formulaciones en la categoría de cultura corporal desarrolladas por LEPEL / FACED / UFBA. Analiza que el capitalismo no convive con los derechos, la democracia y la preservación del medio ambiente, lo que compromete la cultura corporal como patrimonio cultural y la posibilidad de pleno desarrollo del ser humano. Superar la negación y destrucción de la cultura corporal está ligada a las demandas de los trabajadores, la resistencia activa en sus organizaciones, el trabajo educativo basado en la pedagogía histórico-crítica y el enfoque crítico-superador de la Educación Física, la defensa de la educación y la ciencia y la superación del capitalismo.

Keywords: Cultura corporal; Pandemia; Clase obrera

Introdução

O presente texto é fruto de uma exposição e debate públicoⁱ que passou por um aprofundamento teórico e revisão das autoras, sem que a estrutura básica da exposição tenha sido alterada, mantendo-se a intenção do debate. A perspectiva é que nossas pesquisas e atuações acadêmicas, especialmente em contexto de “negacionismo”, no qual a “precarização dos corpos é intensificada”, possam contribuir para fortalecer a relação entre a cultura corporal, a produção do conhecimento, o contexto social e a valorização da vida.

A situação da classe trabalhadora e a cultura corporal

Imagem 1 – Desigualdade social



Fonte: The Guardian (foto de Tuca Vieira). Disponível em:
<<https://www.theguardian.com/cities/2017/nov/29/sao-paulo-injustice-tuca-vieira-inequality-photograph-paraisopolis>>.

Cabe perguntar: Quem sofre mais, quem morre mais, quem tem menos acesso à cultura corporal, ou seja, motivações e condições objetivas para realizar atividades corporais com determinados fins e com determinados sentidos e significados socialmente construídos? Por que é assim e não é diferente? Que mediações, contradições e possibilidades estão presentes na vida concreta da classe trabalhadora e da classe que detém meios de produção? O que fazer para superar esta situação em que poucos têm acesso à cultura corporal e muitos não têm?

Iniciamos analisando a situação concreta da classe trabalhadora brasileira. Os dados do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (DIEESE) permitem descrever a gravíssima situação da classe trabalhadora, no que diz respeito a indicadores econômicos, sociais, políticos e sobre o meio ambiente. Dentro desta situação de destruição de forças produtivas, localizar a cultura corporal e os impactos da pandemia exige considerar a situação da classe trabalhadora, para entrar na problemática da COVID-19 e concluir com as possibilidades superadoras das contradições concretas da realidade concreta a partir do trabalho formativo com/na cultura corporal.

O DIEESE (2021a) apresenta dados sobre o Índice do Custo de Vida das cidades brasileiras que demonstram, mês a mês, a elevação do custo de vida. Este aumento constante torna os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) acompanha o valor médio de 13 itens como arroz e feijão, essenciais para a alimentação da classe trabalhadora, e indica que estes estão cada vez mais caros e ausentes da mesa dos mais pobres. O Brasil volta para o “mapa da fome” com o aumento do número de pessoas que não têm comida no prato. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), entre 2017 e 2018, a insegurança alimentar grave esteve presente no lar de 10,3 milhões de brasileiros. Com o aumento do desemprego, que atinge 14,8 milhões de pessoas, podemos concluir que existe em curso um processo de destruição dos seres humanos, em específico, dos trabalhadores e da força de trabalho. Em suma, a destruição de forças produtivas. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) acompanha o mercado de trabalho e demonstra que aumenta o número de desempregados, subempregados, “empreendedores de si mesmos”, terceirizados, contratados precariamente, sem proteção de leis trabalhistas.

Os dados sobre a devastação do ambiente são alarmantes e demonstram o extermínio dos povos indígenas, suas reservas, e o patrimônio da biodiversidade que deveria garantir a soberania do Brasil. As alterações nos marcos regulatórios sobre a demarcação de terras indígenas e da preservação ambiental agravam a situação. Na iminência de uma crise hídrica, o sistema de abastecimento e do setor energético, que ainda são empresas públicas, estão sendo privatizados. Destacamos essas medidas que permitem evidenciar: a) as *privatizações, desestatização, desvinculação, desobrigação*, defendidas com o mantra de maior eficiência das empresas privadas do que os serviços públicos; b) a

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da Vida, Educação e Ciência

desregulação, desindexação dos mercados, incluindo outras medidas (liberalização de investimento estrangeiro, redução de impostos, quebra das barreiras de importação, apropriação da biodiversidade, dos bens naturais, etc.); c) garantia dos direitos de *propriedade privada*.

Sobre a questão da moradia e do local da cidade onde reside a maioria dos trabalhadores, evidenciada pela imagem de abertura desta seção, os dados científicos nos permitem concluir que o capital exerce influência determinante nas dinâmicas urbanas. Essa situação é passível de verificação diante da falta de espaços, equipamentos, aparelhos, tempos, programas, projetos, pessoal e ações públicas para as práticas esportivas e de lazer. Ainda, na crescente privatização dos espaços públicos, na destruição do ambiente e das reservas ecológicas, na poluição, na falta de mobilidade, na carência dos serviços públicos básicos - transporte, eletricidade, saneamento básico, conectividade, saúde, educação, esporte e lazer.

Sendo a moradia uma dimensão vital da vida humana, direito de todos, constatamos que não basta ter uma casa para morar. A moradia é uma questão social e suas dimensões são múltiplas e complexas. Engels (2015, p. 13) demonstrou que “a escassez de moradia, assim como as mazelas sociais do capitalismo, só desaparecerá com a eliminação do modo de produção capitalista e suas consequências”. O direito à cidade continua sendo um direito privado.

As condições objetivas para as práticas dos conteúdos advindos da cultura corporal, historicamente produzidos, socialmente repartidos, pedagogicamente ensinados não estão dadas em uma perspectiva universalista, inclusiva, democrática e popular. E no modo de produção capitalista, provavelmente não estarão.

Os dados do DIEESE sobre a educação, ciência e trabalho expressam a diminuição das taxas de lucro do capital e suas estratégias e táticas para manter estas taxas. Essas medidas advêm desde a década de 1970 e constam de um receituário fundomonetarista, orientadas pelos organismos internacionais, que impõem ajustes estruturais - privatização, retirada de direitos, imposição de medidas de exceção forçadas pelas decisões parlamentares determinadas pelo capital e asseguradas pela espinha dorsal do capitalismo que são as forças armadas. Estas, neste momento histórico, tutelam uma “democracia” questionável sob o comando de um presidente profascista. As iniciativas para armar a população e de

venda de armamentos, bem como as constantes ameaças de comandantes de forças armadas demonstram a fragilidade da democracia no capitalismo e a eminência de guerras que só alimentam as taxas de lucro dos capitalistas (MONTORO, 2014).

Sobre a questão do ambiente, os dados demonstram que o surgimento de novos patógenos tem relação com a devastação ambiental. Sthal (2020) aponta que “novas doenças advêm de patógenos vindos de animais silvestres, por meio do contato gerado pela devastação dos *habitats* naturais [...]. Com a onda crescente de desmatamento, abre-se caminhos para novos contatos com novos patógenos”. Para Hobsbawm (1995, p. 547-548):

Os problemas ecológicos, embora a longo prazo decisivos, não eram tão imediatamente explosivos. [...] Uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do Breve Século XX, se mantida indefinidamente (supondo-se isto possível), deve ter consequências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana que é parte dele. [...] Sobre a resposta a essa crise ecológica que se aproxima, só três coisas podem ser ditas com razoável certeza. Primeiro, que deve ser mais global que local [...] Segundo que o objetivo da política ecológica seja ao mesmo tempo radical e realista. [...] Do ponto de vista ambiental, se a humanidade queria ter um futuro, o capitalismo das Décadas de Crise, não podia ter nenhum.

Neste debate, em que a problemática ambiental se eleva como preocupação vital para a humanidade, DaCosta (1997) e Foster (2005) são imprescindíveis para ampliar referências sobre a relação entre seres humanos, suas relações com a natureza e os impactos na cultura corporal. O lastro comum destas é a preocupação com o ambiente e a relação indivisível entre seres humanos e a natureza. Encontramos em Marx e Engels (2007) uma referência conceitual importante:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, a história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87).

Em síntese, identificamos a destruição da soberania nacional, dos direitos, da democracia e do ambiente nos seguintes fatos: Emenda Constitucional 95/2016; Agravamento das amarras da Lei de Responsabilidade Fiscal com metas de superávit, inflação, câmbio; Desregulamentação e desproteção do trabalho; Desmonte da Previdência Social; Uberização, precarização e superexploração do trabalho; Desregulamentação ambiental; Desproteção de povos indígenas e populações tradicionais; Proteção da grilagem e às associações com milícias; Privatização do Pré-sal, da EMBRAER, BR Distribuidora, Empresas de dutos, refinarias de gás, gasodutos, Empresa de Semicondutores, Eletrobras,

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da Vida, Educação e Ciência

Correios, carteiras da Caixa e do Banco do Brasil; Independência do Banco Central; EC 109. Destacamos, ainda, os “negócios” da pandemia, com desvios de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para as forças armadas; suspeitas de negócios ilícitos por parte de militares; a gestão do orçamento secreto.

A situação de agonia da educação brasileira

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) denuncia a agonia da educação brasileira constatada em suas pesquisas sobre a educação durante a Pandemia da COVID-19:

E a ação mais recente do governo Bolsonaro – com o aval de seu ministro (sic) da educação – foi de requerer perante o Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade da Lei 14.172, que destina R\$ 3,5 bilhões para estados e municípios poderem investir em conectividade para mais de 18 milhões de estudantes e cerca de 1,5 milhão de professores. Tragicamente, a gestão do MEC na pandemia se assemelha às demais áreas de governo que se pautam no negacionismo, na afronta à ciência e no descaso com a sociedade (CNTE, 2021).

Os dados do Censo Escolar, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), sobre a situação de estudantes, professores, trabalhadores da Educação, sobre escolas e ensino-aprendizagem são gravíssimos. O INEP (2021) demonstra que temos uma população de aproximadamente 56 milhões de estudantes e 2,2 milhões de professores. Com a pandemia da COVID-19, agravou-se a já precária situação da educação brasileira que vinha sofrendo em decorrência dos baixos investimentos. São escolas sem condições de adotar medidas de biossegurança, professores com trabalho precarizado, terceirizado, sem reajuste salarial, com carreiras comprometidas e sob pressão de aparatos ideológicos hegemônicos impondo a “lei da mordaza”, sem tecnologias adequadas, estudantes na maioria filhos e filhas da classe trabalhadora, com um média salarial de 1 salário e meio, 70% sem acesso aos meios de comunicação e informação adequados para a educação remota. Além disso, somente 2,49% do PIB é empregado na Educação e a luta para atingir a taxa de 10% está bloqueada pelas reformas e medidas adotadas pelo atual governo.

Podemos sintetizar a destruição da Educação e a perda de direitos (ANDES-SN, 2016a, 2016b) identificando os empresários e mercadores da educação no comando: com a descaracterização do privado e avanço das parcerias público-privado; Reforma do Ensino Médio; Base Nacional Curricular Comum (BNCC) atrelada a competências e habilidades para o mercado, desvalorização de ciências humanas e sociais; Ensino dos mínimos (língua e matemática); Abandono das metas do Plano Nacional de Educação; Intervenção no Fórum

Nacional de Educação e ruptura com as Conferências Nacionais de Educação; Reconfiguração do Conselho Nacional de Educação; Redução de 41% das transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a estados e municípios; Esvaziamento dos Planos de Ação Articulada (PAR); Subfinanciamento – 6% de perda real no investimento em educação em 5 anos; Extinção do PRONATEC e do Ciência Sem Fronteiras; Desvalorização dos Profissionais da Educação; Escola Sem Partido; implantação de escolas cívico-militares; Terceirização de Atividades Fins com contratos por CNPJ, MEIs, cooperativas, OSCIPS, OSS, Contratos Intermitentes e Tempo Parcial; currículo, avaliação, gestão e formação continuada realizados mediante Consultorias Externas; Competição, Controle, Verticalização, Desigualdade, Meritocracia; Elasticidade do conceito de profissionais da educação e desbotamento da identidade coletiva; novas diretrizes para a formação docente BNC-Formação; Editais privatistas e desqualificadores (Portaria 35/2021 MEC); Extinção da SASE, da SECADI, do PRONERA; Intervenção, aparelhamento e desmonte do INEP; Impactos no ENEM, SISU, PROUNI; Desconstituição das Ciências Humanas e Sociais, das Artes e da Cultura; Fragmentação dos Itinerários Formativos (53% dos municípios possuem uma única escola de Ensino Médio); Dupla Matrícula no Ensino Médio com recursos do FUNDEB; 40% dos reitores nomeados de Universidades e Institutos Federais não foram os escolhidos nas comunidades acadêmicas; Future-se (PL 3076/2020). Isto representa vetores das privatizações e desresponsabilização dos estados com educação e desenvolvimento científico, além alinhamento com a política do Banco Mundial (BM) designada de “Ajuste Justo” (BANCO MUNDIAL, 2017).

A pandemia/sindemia e a necropolítica implementada no Brasil

É neste contexto que advém a vírus o novo coronavírus, causando uma pandemia/sindemia. Conectam-se, no interior do processo de destruição das forças, problemas no campo da saúde com os problemas econômicos (desemprego, privatizações, retirada do sistema de proteção do trabalho e do trabalhador), sociais (violência, feminicídio, fome, desemprego), políticos (ameaças à democracia, estado de exceção) e destruição ambiental (morte e destruição da biodiversidade, degradação da natureza). Goulart e Florentino (2020) evidenciam as relações desta complexa situação que atinge principalmente os trabalhadores que residem nas favelas, nas periferias e nos bairros populares.

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da Vida, Educação e Ciência

Um estudo de mapeamento apresentado pela USP (2021)ⁱⁱ demonstra, em formato de linha do tempo, com mais de 3 mil normas relativas à pandemia, que o negacionismo do governo federal chocou-se com as tentativas de resistência de entes federativos, instituições independentes e da própria sociedade. O resultado é visível no número de mortos que ultrapassa meio milhão de pessoas.

Destacamos, ainda, o EPICOID-2019ⁱⁱⁱ, primeiro estudo brasileiro que investiga o número de infectados pelo novo coronavírus, cujos resultados foram apresentados à CPI da Pandemia. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Hallal (2021) aponta ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia como a demora na compra e desestímulo à vacinação; pouca testagem, rastreamento de contatos e isolamento; promoção de tratamentos ineficazes; falta de uma comunicação unificada; uso de uma abordagem clínica *versus* epidemiológica; ausência de liderança do Ministério da Saúde (MS) e de um comitê de crise; desestímulo ao uso de máscaras. Demonstrou, ademais, que das 500 mil pessoas mortas, 400 mil poderiam ter sido evitadas, e que os que mais morrem são os pobres, os povos indígenas e a população negra.

Outro documento entregue à CPI^{iv} evidencia a necropolítica conduzida pelo governo federal. Foram analisadas as respostas políticas do Executivo Federal à crise do coronavírus, o papel do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Poder Judiciários, a CPI e o Poder Legislativo e a oportunidade histórica para a democracia brasileira, o orçamento do combate à crise sanitária e econômica, o MS na Pandemia, o Ministério das Relações Exteriores e o isolamento do Brasil na pandemia. A partir de dados empíricos, fatos concretos, afirma:

Este documento não pode fugir à conclusão de que a atuação do governo federal e, em particular, do presidente da república devem implicar, por parte desta CPI e do Congresso Nacional, na sua responsabilidade política e Administrativa. O presidente da república e seu governo cultivaram o descaso e a tragédia de maneira sistemática. Os direitos humanos e constitucionais dos brasileiros e brasileiras foram sistematicamente desrespeitados nesta crise. É mister que as providências adequadas sejam tomadas. (BAHIA *et al.*, 2021, p. 1).

O Relatório produzido por Pinto (2021), com vasta documentação comprobatória, demonstra a fragilidade da execução orçamentária do SUS e analisa que:

O modo como se deu a gestão brasileira da calamidade acarretou, por si só, tanto o agravamento das condições de transmissão do vírus quanto a redução da capacidade operacional de enfrentamento da pandemia. [...] É possível, pois, apontar a existência de uma calamidade política-gerencial dentro da calamidade

sanitária no Brasil, ao custo de centenas de milhares de mortes majoritariamente evitáveis” (PINTO, 2021, p. 57).

O Relatório ainda levanta hipóteses e apresenta seríssimas indagações que inclusive devem ser investigadas a respeito de despesas executadas por unidades gestoras militares burlando artigos da Constituição Federal (PINTO, 2021, p. 77) e a denúncia de negociações entre a “cúpula dos coronéis” com empresas multinacionais, fabricantes de vacinas, feita por Cristiano Carvalho junto à CPI.

A cultura corporal em meio à pandemia

Demonstramos que, além dos ajustes fundomonetaristas que destroem a soberania, democracia, direitos, conquistas, serviços públicos e empresas públicas, levando a novas crises econômicas, políticas, sociais e ambientais, o BM impõe mais ajustes, que intensificam a destruição das forças produtivas no Brasil. Além da pandemia da Covid-19 está ocorrendo uma “calamidade política-gerencial dentro da calamidade sanitária no Brasil” (PINTO, 2021).

É neste contexto que perguntamos sobre a construção social da cultura corporal. Constatamos que os limites impostos por medidas necessárias, orientadas pela Organização Mundial da Saúde, e adotadas pelos gestores públicos para preservar a vida limitam tempo, espaço, condições objetivas, orientações, projetos, programas, ações, financiamento e políticas públicas. A Educação Física escolar, com o distanciamento social, o trabalho pedagógico remoto em precaríssimas condições para a maioria, sofre um impacto cujas consequências ainda serão avaliadas.

A formação inicial e continuada de professores, a produção de conhecimento, as políticas públicas e o trabalho educativo com a cultura corporal sofreu, sofre e sofrerá consequências gravíssimas em decorrência da pandemia sanitária e da “pandemia política” na aplicação da necropolítica do Governo Bolsonaro.

Responder à pergunta sobre os impactos da pandemia na cultura corporal exige a delimitação desta categoria teórica. Os efeitos destrutivos do “*modos operandi*” do capital impactam na cultura, na ciência, na educação e na cultura corporal. Tratam-se de impactos negativos e destrutivos que atingem a Educação Física, Esporte, Lazer, e que conduzem ao interdito da soberania, da democracia e dos direitos assegurados para todos, entre os quais o acesso à cultura corporal elaborada que contribui para o desenvolvimento das plenas potencialidades humanas. É necessário reafirmar as possibilidades de pleno e máximo desenvolvimento das potencialidades humanas, considerando que a própria classe

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da Vida, Educação e Ciência

trabalhadora traz em si o potencial para enfrentar e ultrapassar as contradições do modo de produção e reprodução da vida capitalista. Isto exige condições objetivas que precisam ser historicamente construídas.

Contudo, é necessário observar que direitos, democracia, preservação do ambiente e acesso pleno à cultura corporal são incompatíveis com a lógica capitalista. Neste modo de produção existem leis que regem a produção de mercadorias e as relações de produção, o Estado Capitalista e que definem quem deve viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2020). O Estado se organiza politicamente de acordo com os interesses capitalistas (MASCARO, 2013). E isto se mantém por atuação dos aparelhos de hegemonia da classe dominante. As possibilidades de essência estão postas, no entanto são necessárias as condições objetivas, o que implica, além da consistente base teórica, a consciência de classe, a formação política e a inserção em organismos de luta da classe trabalhadora.

A ofensiva do capital sobre a educação altera substancialmente sua concepção, sentido e função social. Paulatinamente, o setor financeiro passa a gerenciar a educação em nosso país submetendo-a aos interesses econômicos. Esses dados e fatos reforçam que não se trata apenas de negócios, mas de uma face do imperialismo na educação, que vem gestando lucros para grandes conglomerados educacionais do mundo.

Paira sobre a classe trabalhadora brasileira as mesmas ameaças que pairam em outros países, diante da franca degeneração do sistema capitalista. O capitalismo e suas forças destrutivas, entre as quais os setores especulativos da economia, e particularmente a Economia Estadunidense, querem se expandir devastadoramente, mantendo suas taxas de lucro e para isto ameaçam a vida no planeta. Segundo Prashad e Chomsky (2021), embora a pandemia seja a principal questão, outras também muito graves ameaçam a longevidade de nossa espécie e nosso planeta. Elas incluem: a aniquilação nuclear, a *catástrofe climática* e o *ataque neoliberal*. Nos dizem Prashad e Chomsky (2021, s. p., grifo dos autores):

É necessário um *internacionalismo robusto* para dar uma atenção adequada e imediata aos perigos de extinção: extinção por *guerra nuclear*, por *catástrofe climática* e por *colapso social* [...] O espírito humano se rebela contra a extinção. Deve se rebelar agora não só para preservar a vida, mas melhorá-la – tanto a vida humana quanto a de nosso planeta.

Os impactos da pandemia na cultura corporal em um período de transição

Leon Trotsky, nos idos de 1938, entre duas grandes guerras mundiais reconheceu e apresentou as premissas objetivas da revolução socialista e destacou as mobilizações das

massas por meio das reivindicações transitórias. Escrevia Trotsky no “Programa de Transição” que “As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer” (TROTSKY, 2018, p. 91). As privações e os sofrimentos cada vez maiores eram denunciados, assim como a bancarrota de governos democráticos e fascistas. A burguesia não encontrava saída e, mesmo tendo jogado a sua última cartada com o fascismo, o caminho foi a catástrofe econômica e militar. A tarefa estratégica deste período consistia em:

[...] superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda [...]. É necessário ajudar as massas, no processo de lutas cotidianas, a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias que parta das condições atuais e da consciência atual e largas camadas as classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado (TROTSKY, 2009, p. 96).

É nesta perspectiva que nos perguntamos pelas reivindicações transitórias, neste momento histórico, em que constatamos mais uma vez que os capitalistas, mesmo se valendo do governo bonapartista de Bolsonaro, não encontram saídas e que cabe à classe trabalhadora lutar pelas suas reivindicações, as quais são pontes para superar o capitalismo rumo ao socialismo.

É neste contexto que perguntamos pela cultura corporal e os impactos imediatos, mediatos e históricos. Enquanto área do conhecimento, campo de formação inicial e continuada e de atuação profissional, a cultura corporal está determinada historicamente pelo modo de produção capitalista, que tem como hegemonia teórica as concepções da classe burguesa, em confronto e conflito permanente com a classe trabalhadora, visto serem antagônicas as suas necessidades e motivações. À classe burguesa, proprietária dos meios de produção, basta a produção social da cultura corporal e sua apropriação privada. Para os trabalhadores, há a necessidade vital da apropriação do patrimônio cultural produzido pela humanidade, para o máximo desenvolvimento dos indivíduos. E isto, no presente contexto histórico, depende de políticas democráticas, inclusivas, como direito de todos e dever do Estado (TAFFAREL; ESCOBAR, s. d.).

A cultura corporal – em sua formulação mais avançada, enquanto síntese da produção que tem suas origens na atividade humana, para manter a vida, portanto, no trabalho –, desde a sociedade comunal, é constituída de múltiplas experiências ideológicas, políticas, filosóficas e sociais e, por sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos,

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da
Vida, Educação e Ciência

competitivos ou outros relacionados à realidade, às necessidades e motivações do ser humano. Assim, faz-se evidente que o objeto de estudo da Educação Física é o fenômeno das práticas cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexos internos das suas propriedades - determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade, é dada pela materialização em forma de atividades – sejam criativas ou imitativas - das relações múltiplas de experiências subordinadas às leis histórico-sociais. O geral dessas atividades é que são valorizadas em si mesmas; seu produto não material é inseparável do ato da produção e recebe um valor de uso particular por atender aos seus sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos, competitivos e outros relacionados à sua realidade e às suas motivações. Elas se realizam com modelos socialmente elaborados que são portadores de significados ideais do mundo objetal, das suas propriedades, nexos e relações descobertos pela prática social conjunta. Os conhecimentos, socialmente construídos e historicamente determinados, a partir de atividades que materializam as relações sociais, com sentidos e significados, são necessidades vitais para o desenvolvimento dos seres humanos, para a formação de uma consciência necessária para a sua atuação no mundo, na direção da transformação radical da sociedade.

A cultura corporal, na forma de área do conhecimento científico, curso de formação inicial e continuada de professores e, de campo de atuação profissional científica, é vital, porque responde a necessidades de primeira e segunda ordem, para o desenvolvimento dos indivíduos.

O trabalho educativo com o objeto da Educação Física e a luta de classes: a cultura corporal como propriedade privada e as reivindicações transitórias da classe trabalhadora

Iniciamos perguntando pelas possibilidades superadoras, considerando as mediações e contradições presentes na sociedade de classes, na educação, na Educação Física e no trato com a cultura corporal. Mejía (2019) indaga “¿Cómo el deporte fue convertido en elemento importante de la campaña de Bolsonaro? ¿De qué forma el Mundial de Fútbol y Juegos Olímpicos contribuyeron con la destitución de Dilma Rouseff, el punto de quiebre de la democracia?” E conclui, após análise de fatos concretos:

La victoria de Bolsonaro en Brasil, en octubre 2018, significa que la opción fascista como alternativa política para motorizar el proceso de acumulación del capitalismo contemporáneo cuya médula son “el capital financiero, la industria militar y el narcotráfico” (Escalona: 12-10-18), renace en América Latina de manera pública, convicta, confesa y con adhesión popular. ¿Cómo pudo pasar esto dos años después de transitar la etapa más democrática (2003-2016: gobiernos de Lula Da

Silva y Dilma Rouseff) del país, donde se lograron importantes reivindicaciones para sectores de la población desfavorecidos históricamente? (MEJÍA, 2019, p.1).

Na pandemia ficou evidente quais as forças, as classes sociais, os sujeitos que estão tencionando a Educação Física, seja na formação, seja na atuação profissional para obterem lucros. Na formação, com a divisão dos cursos em bacharelado e licenciatura, na atuação com a delimitação de campos de trabalho controlados pelo sistema CONFEF/CREFs.

A Educação Física e seu objeto de estudo, a cultura corporal, está ameaçada, tencionada, por forças que atuam sobre ela. O que constatamos neste momento histórico é que existem: o marco regulatório legal; as políticas públicas de perfil neoliberal e ultra neoliberal; os aparelhos ideológicos da burguesia, atuando fortemente.

A luta pelas reivindicações transitórias, que dizem respeito à manutenção da vida, dos direitos e das conquistas da classe trabalhadora, será difícil no próximo período e, implica em enfrentar, além do empresariamento, da privatização, da Educação a Distância, do trabalho remoto, outras forças atuam sobre a cultura corporal. Estas forças atuam por dentro das Escolas, e para além delas, onde a cultura corporal é objeto do trabalho, da pesquisa, dos estudos e do lazer. Mencionamos como hipótese de trabalho as seguintes forças mediadoras dos interesses da lógica capitalista: 1. Pensamento médico, predominantemente higienista e eugenista, racista, machista, agora com uma linguagem científica sofisticada; 2. A influência militarista da disciplina de corpos e mentes e de militarização das escolas e a nefasta tendência das Leis da Mordaza, nos Projetos de Lei da Escola Sem Partido (RAMOS, 2016); 3. A ênfase desportiva, competitiva, de rendimento, meritocrática (SACOMANI, 2016; CEGALINI; FLEURY; CARDOSO, 2016); 4. O empresariamento e a Educação como negócio lucrativo, pela via da “uberização” do trabalho do professor por meio de plataformas de serviços controladas por monopólios internacionais (ANDRADE, 2019); 5. O divisionismo imposto pela regulamentação da profissão que divide campos de trabalho (TAFFAREL; HACK; MORSCHBACHER, LUZ, 2021); 6. A política curricular com base teórica no construtivismo, no “aprender a aprender”, nas competências e habilidades (BELTRÃO, 2019; BELTRÃO; TAFFAREL, 2017); 7. O relativismo pós-moderno e a negação do conhecimento científico (DUARTE, 2004; 2010); 8. As forças da extrema direita, fascistas, alicerçando o processo de acumulação capitalista cuja medula é o capital financeiro, a indústria militar bélica e o narcotráfico (MEJIA, 2019; 2020).

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da Vida, Educação e Ciência

Essas oito forças podem ser localizadas dentro da academia, das entidades científicas, em todos os campos de trabalho, seja no campo educacional, empresarial, da saúde, clubes, academias, centros desportivos, nos movimentos sociais, nas organizações não governamentais e, principalmente, na forma como a extrema direita está conduzindo as políticas públicas no Brasil em meio à pandemia. É a ideologia das classes dominantes atuando (MARX; ENGELS, 2007), é a hegemonia do pensamento burguês.

As medidas devastadoras, próprias do ultra neoliberalismo, que impõem um Estado, que em sua forma jurídica pode ser designado de Estado de Exceção (VALIM, 2017), têm consequências - instituir um **ethos geocultural**, em conformidade com o **ethos geopolítico** do ultra neoliberalismo, do imperialismo, fase superior do capitalismo, em todo o planeta (FREITAS, 2018). Uma cultura da exploração e opressão humana e destruição da natureza. Uma cultura onde prevalecem as ideias da classe dominante, a ética e a moral próprios dos burgueses capitalistas, exploradora e opressora, da lógica privatista, mercantilista, empresarial, parasitária, militarista, disciplinadora, subserviente, entreguista, obscurantista, negacionista, a-científica, a-histórica e acrítica.

É com isto que estamos nos confrontando neste momento histórico. Portanto, construir, através da luta dos organismos da classe trabalhadora e, através do trabalho educativo, tendo como objeto a cultura corporal, com base em fundamentos da teoria marxista, pedagogia histórico-crítica (SAVIANI, 2008; 2013) e da Abordagem Crítico-Superadora da Educação Física (COLETIVO DE AUTORES, 1992), é tarefa árdua que assumimos enquanto Coletivo da Rede LEPEL, coordenado pela LEPEL/FACED/UFBA.

Frente ao que está posto para a classe trabalhadora, consideramos, ainda, na presente análise, os dados do Sistema de Acompanhamento de Informações Sindicais (SAIS-DIEESE). Constatamos a resistência ativa da classe trabalhadora, as suas reivindicações transitórias que, com seus organismos de luta, realizaram 649 greves no ano de 2020, sendo 417 no setor privado e 231 no setor público (DIEESE, 2021b). Destes dados podemos caracterizar a situação considerando jovens, negros, gênero, salários, setores econômicos – agricultura, indústria, comércio, serviços, em especial os serviços públicos nas esferas municipais, estaduais e federais. Constatamos nos dados expostos pelas investigações do DIEESE que a população negra é a que mais perde emprego, é mais mal remunerada, é a mais chacinada, é a de maior número encarcerada, é a que mais morre, o que se agravou no

período pandêmico. E dentro da população negra a situação se agrava quando consideramos a situação das mulheres.

Reivindicações transitórias e a resistência ativa: criticar, propor, mobilizar, organizar para a luta de classes

Sintonizados com esta difícil e complexa situação da classe trabalhadora brasileira seguem exemplificações sobre o trabalho pedagógico que rompe com o alinhamento político dos planos empresariais, com a reforma do Ensino Médio, com a BNCC, com a BNC-Formação (Resolução CNE/SP 02/2019), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de Educação Física (Resolução CNE/CES 06/2018), com a Escola Sem Partido, com a militarização das escolas, com a gestão da educação pelas parcerias público-privado, com os cortes orçamentários, com as medidas de retorno às aulas presenciais sem vacinação para todos e sem que tenham sido adotadas as medidas de biossegurança necessárias nas instalações educacionais, com os ataques aos trabalhadores em Educação, com a ingerência de fundações, e movimentos como o “Todos pela Educação”.

O ataque à Educação e, conseqüentemente à Educação Física, não ocorre somente no Brasil. Segundo Martins (2020), organizações empresariais, coalizões entre grupos empresariais, seus institutos e fundações, governos, terceiro setor e *think tanks* atuam em toda a América Latina. Pelos menos 15 organizações distribuídas pelos países da América Latina e Caribe atuam nesta linha. Argentina - Proyecto EducAR 2050; Brasil – Todos pela Educação; Chile - Fundación Educación 2020; Colômbia - Fundación Empresarios por la Educación; El Salvador - Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo (Fepade); Equador – Grupo FARO; Guatemala - Empresarios por la Educación; Honduras - Fundación Educativa Maduro Andreu (Ferema); México - Mexicanos Primero; Nicarágua - Eduquemos/Empresarios por la Educación; Panamá - Unidos por la Educación/FUDESPA; Paraguai - Juntos por la Educación; Peru -Asociación Empresarios por la Educación; República Dominicana - EDUCA; Uruguai – Reachingu.

Em resposta a isto, em meio à pandemia, para manter vínculos com estudantes da Escola Pública, nos desdobramos em trabalhos intensificados, teletrabalho, trabalho remoto, e trouxemos exemplificação do trabalho educativo. Mas este trabalho não está desvinculado de reivindicações transitórias que dizem respeito à valorização do magistério,

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da Vida, Educação e Ciência

às condições objetivas de trabalho com segurança, carreira, salário, gestão democrática, orçamentos compatíveis com as necessidades da universalização, democratização, inclusão com qualidade na educação e o direito às organizações de luta dos trabalhadores da educação.

Conclusão

Revolução proletária: Solução das contradições: o proletariado toma o poder político e, por meio dele, converte em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos da burguesia. Com este ato redime os meios de produção, da condição de capital, que tinham até então, e dá ao seu caráter social plena liberdade para se impor. A partir de agora já é possível uma produção social segundo um plano previamente elaborado. O desenvolvimento da produção transforma num anacronismo a sobrevivência de classes sociais diversas. À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai-se diluindo também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim de sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres (ENGELS, s. d., p. 66).

Retomamos aqui o que está explicitado na apresentação do XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte:

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, com 43 anos de produção do conhecimento e socialização científica, acumula experiência histórica, política e tradição de luta democrática que o credenciam a agir com responsabilidade e a estimular a curiosidade epistemológica da comunidade da área de conhecimento Educação Física sobre o presente e o futuro próximo e imediato. O CBCE está desafiado, mais uma vez, a propor ideias e ações para superar as circunstâncias que põem em risco os modos e as formas de viver e a própria ideia de civilização. Assim, em setembro e dezembro de 2021, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte reunirá em Belo Horizonte suas instâncias e sua comunidade de pesquisadores, pesquisadoras, professores e professoras e estudantes de todas as áreas da Educação Física [...] (CBCE, 2021, n. p.).

Acrescentamos a esta formulação a partir do que nos foi possível expor no IV Encontro Estadual do CBCE-RJ, com o tema “Educação Física, soberania popular, ciência e vida” onde tratamos do tema específico “Os impactos da pandemia na cultura corporal”, que os impactos devastadores advêm da classe capitalista, dos “guardiões das mercadorias”, que “arrancam a pele dos trabalhadores”, desde a mais tenra idade, para obter mais-valor, com mais-trabalho, com mais lucros (MARX, 2013).

Para que a cultura corporal, enquanto atividade humana, que em seu processo de produção, ao longo dos modos de produção da vida, nos humanize, são necessárias as condições da existência humana asseguradas. E isto está ameaçado pela financeirização e as medidas de ajuste permanente que marcam o capitalismo em sua “fuga para a frente”, sintetizada na sequência “crise-ajuste-crise” (MONTORO, 2018). Basta retomarmos a

imagem do início deste manuscrito e recolocarmos a pergunta: como fica a cultura corporal em uma sociedade de classes, em que alguns tem boas condições de existência e outros sobrevivem em péssimas condições de existência?

Cabe ao CBCE, enquanto entidade científica, contribuir para posicionamentos críticos, a respeito desta devastadora política genocida de Jair Bolsonaro e seus generais. Como nos dizem Prashad e Chomsky (2021), o esforço é local, nacional e internacional. Cabe ao CBCE assumir a resistência ativa, tecer críticas radicais, contribuir com a organização e com as formulações crítico-superadoras das Ciências do Esporte.

Enfim, defendemos que esta apropriação da cultura corporal ocorra desde a Educação Infantil para que possamos, assim, lutar desde a mais tenra idade pela formação omnilateral, a educação emancipadora (MANACORDA, 1991). E isto exige superar a barbárie. E contra a barbárie na Educação e na Educação Física colocam-se a teoria pedagógica histórico-crítica (SAVIANI; DUARTE, 2021) e a abordagem crítico-superadora da Educação Física (TAFFAREL; ALBUQUERQUE, 2021).

Como professores assumimos as tarefas de orientar o trabalho educativo, sob a base da teoria marxista, da pedagogia histórico-crítica e da abordagem crítico-superadora da Educação Física. Conforme Silva (2020), nos cabe, como militantes culturais, assumirmos as táticas da classe trabalhadora que estão articuladas com a estratégia de superação do modo do capital produzir e reproduzir a vida humana, que está destruindo forças produtivas, e construir possibilidades para além do capital. E este ponto se dá pela luta pelas reivindicações transitórias.

A “mudança histórica mediante a práxis social” (HOBBSAWM, 1998, p. 308), dependerá da organização e luta da classe trabalhadora pelas suas reivindicações. A história nos mostra o que foi e indica o que deve ser feito. A escolha entre socialismo e barbárie, somos nós que temos que responder, enquanto classe trabalhadora, enquanto professores e professoras que trabalhamos com o objeto de estudo da Educação Física, a cultura corporal.

Referências

ANDES-SN. **Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta**. Brasília: ANDES-SN, mar. 2016a.

ANDES-SN. **Contra todas as formas de assédio, em defesa de direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negros, e das/os LGBT**. Brasília: ANDES-SN, jul. 2016b.

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da Vida, Educação e Ciência

- ANDRADE, D. R. **Uberização da Educação Física**. 2019. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/uberizacao-da-educacao-fisica/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo**. 2017. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- BAHIA, L. et al. **A Tragédia Brasileira do Coronavírus/Covid-19**. 2021. Disponível em: <<https://joserobertoafonso.com.br/a-tragedia-brasileira-do-coronavirus-covid-19-chade-et-al/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- BELTRÃO, J. A.; TAFFAREL, C. N. Z. A ofensiva dos reformadores empresariais E a resistência de quem defende a educação pública. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 587-601, jul./dez. 2017.
- BELTRÃO, J. A. **O novo ensino médio: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização da educação básica e a necessidade da construção da resistência e de alternativas pedagógicas**. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- CBCE. **XXII CONBRACE e IX CONICE, 2021**. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/conbrace/Acesso>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- CEGALINI, V. L.; FLEURY, F.; CARDOSO, M. V. **A implementação da meritocracia como plataforma de desempenho em uma entidade esportiva de alto rendimento**. XIX SEMEAD. Seminário em Administração. Novembro, 2016.
- CHOMSKY, N.; PRASHAD, V. Carta 1. **Três grandes ameaças no planeta que devemos enfrentar em 2021**: uma declaração de Noam Chomsky e Vijay Prashad. 07 jan. 2021. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/1-noam-chomsky/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- CNTE. Nota pública. **A agonia da Educação**. 16 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/notas-publicas/74124-a-educacao-brasileira-agoniza-em-meio-a-tanto-descaso-e-inepcia>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DACOSTA, L. P.(Org.). **Meio Ambiente e Desporto: uma perspectiva internacional**. Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física: Universidade do Porto, 1997.
- DIEESE. **Boletim de Conjuntura** - n. 29. Jun./jul. 2021a. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.html>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- DIEESE. Balanço das Greves de 2020. **Estudos e pesquisas**, n. 99, 10mai. 2021b. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2021/estPesq99greves2021.html>>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- INEP. **Censo Escolar**. 08 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

- DUARTE, N. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. In: MARTINS; L. M.; DUARTE, N. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.
- DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Moraes, s.d.
- ENGELS, F. **Sobre a questão da Moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GOULART, F.; FLORENTINO, G. **Covid-19: Drogas e armas – os impactos da proibição de operações policiais nas favelas**. 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://dmjracial.com/2020/06/29/covid-19-drogas-armas-os-impactos-da-proibicao-de-operacoes-policiais-nas-favelas/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- HALLAL, P. **Comissão Parlamentar de Inquérito: Ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Senado Federal. UFPel, 2021.
- HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, E. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras: 1998.
- MANACORDA, M. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.
- MARTINS, É. M. **Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais em prol da educação**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- MASCARO, A. L. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **O capital**. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: M-1 Edições, 2020.
- MEJIA, E. El papel del deporte en la irrupción fascista en Brasil 2018. **ATHLOS: Revista Internacional de Ciencias Sociales de la Actividad Física, el Juego y el Deporte**, n. 16, p.82-142, Enero 2019.
- MEJIA, E. A. **Deporte, sociología, ideología, política, poder y globalización**. Lima/Peru: Centro Experimental De Estudios Latinoamericanos “Dr. Gastón Parra Luzardo”, Universidad Del Zulia Maracaibo-Venezuela Asociación Panamericana De Juegos Y Deportes Autóctonos Y Tradicionales, 2020.
- MONTORO, X. A. **Capitalismo e economia mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI**. Madrid/Espanha: Instituto Marxista de Economía, ARCIS, UdeC, 2014.
- MONTORO, X. A. Financeirização? Não, imperialismo, crescimento da exploração e crise crescente do Capital. **A Verdade**, n. 97, ago. 2018.
- PINTO, É. G. **Execução orçamentária do SUS no enfrentamento à pandemia da COVID**. Relatório Produzido para CPI. São Paulo, 05 jul. 2021. Disponível em: <<http://www.mpc.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-sobre-a-execucao-orcamentaria-do-SUS-Elida-G-Pinto.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

Os impactos da pandemia na cultura corporal: pela superação do capitalismo, em defesa da Vida, Educação e Ciência

RAMOS, M. **Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico**. 03 ago. 2016. Disponível em: <<https://anped.org.br/news/escola-sem-partido-criminalizacao-do-trabalho-pedagogico>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SACOMANI, D. **O discurso meritocrático e o esporte**. 12 set. 2016. Disponível em: <<https://eticadebolso.com.br/o-discurso-meritocratico-e-o-esporte-no-brasil/>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Campinas: Autores Associados. 2021.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SILVA, I. C. **Crítica ontológica à fragmentação das premissas teóricas e programáticas na produção/circulação do conhecimento em Educação Física no estado da Bahia**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

STAHL, M. A destruição do meio ambiente e o surgimento de novos vírus. **Jornal da USP**, São Paulo, 19 nov. 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/a-destruicao-do-meio-ambiente-e-a-abertura-de-espacos-para-novos-virus/>>. Acesso em: 16 julho 2021.

TAFFAREL, C.; HACK, C. MORSCHBACHER, M.; LUZ, S. Sistema de proteção do trabalho e do trabalhador da Educação Física: porque somos contra a regulamentação da profissão. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 33, n. 64, p. 1-19, 2021.

TAFFAREL, C. Z.; ESCOBAR, M. O. **A cultura corporal e os dualismos necessários para a ordem do capital**. Rascunho Digital, 2009. Disponível em: <<http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=277>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

TAFFAREL, C.; ALBUQUERQUE, J. Projeto histórico e projeto de escolarização: contribuições das teorias histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e abordagem crítico-superadora do ensino da educação Física. **POIÉSIS**, Tubarão, v. 14, n. 25, p. 52-70, jan./jul. 2020.

TROTSKY, L. O Programa da Transição. In: MARX, K. et al. **O programa da Revolução**. São Paulo: Nova Palavra, 2009.

USP. **Direitos na Pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**. CEPEDISA, Conectas Direitos Humanos. Boletim n. 10, São Paulo. 20 jan. 2021.

VALIM, R. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

Notas

ⁱ Mesa “Os impactos da pandemia na cultura corporal” no IV Encontro Estadual do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte do Rio de Janeiro (CBCE-RJ), “Educação Física, soberania popular, ciência e vida”.

ⁱⁱ Estudo apresentado à CPI da Pandemia do Senado Federal, instalada em abril de 2021 e prorrogada em julho de 2021.

ⁱⁱⁱ Pesquisa a partir da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) coordenada pelo epidemiologista Pedro Hallal.

^{iv} Em 28 de abril de 2021 com o título “A tragédia brasileira do coronavírus/Covid-19: Uma análise do desgoverno do governo Federal 2020-2021.

Sobre as autoras

Celi Nelza Zülke Taffarel

Pós-doutora (Universidade de Oldenburg), Doutora em Educação. Professora Titular na Universidade Federal da Bahia. E-mail: taffarel@ufba.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3593-4279>

Cássia Hack

Doutora em Educação. Professora na Universidade Federal do Amapá. Coordenadora do LEPEL Amapá. E-mail: cassia.hack@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9238-3819>

Márcia Morschbacher

Doutora em Educação. Pesquisadora do Grupo LEPEL/UFBA. Professora na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: mm.edufisica@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2193-0998>

Recebido em: 14/09/2021

Aceito para publicação em: 23/10/2021